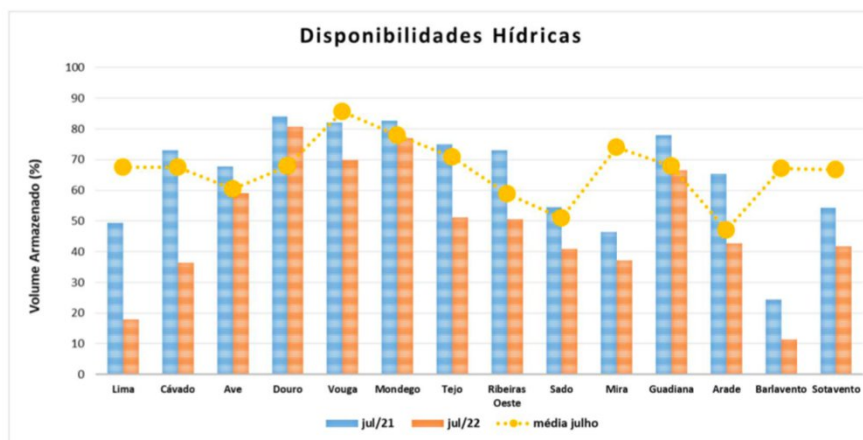


PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 208/XV/1ª

Programa para reforçar a capacidade de armazenamento das albufeiras e aumentar as reservas públicas de água

O ano hidrológico de 2021/2022 foi o segundo mais seco desde 1931, encontrando-se todo o país em situação de seca severa ou extrema. A disponibilidade hídrica das albufeiras ficou condicionada e praticamente todas as bacias hidrográficas apresentam níveis de armazenamento inferiores ao ano de 2021 e ao valor médio dos anos anteriores (gráfico seguinte¹). Das 59 albufeiras monitorizadas em 31 julho de 2022, 26 apresentavam disponibilidades hídricas inferiores a 40% do volume total, provocando restrições à utilização da água, seja para abastecimento público ou para outros fins.



As previsões dos impactos das alterações climáticas para o território nacional apontam para um agravamento das situações de seca, para uma redução da disponibilidade hídrica e para uma intensificação de fenómenos climáticos extremos como ondas de calor. As mudanças nos padrões de pluviosidade têm reflexo nos regimes hidrológicos, os rios sofrem reduções nos seus caudais, as albufeiras têm

¹ APA e GPP. Documento de apoio à 11.ª Reunião da Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca. 24 de agosto de 2022.

oscilações mais significativas, pelo que a gestão da capacidade de armazenamento é cada vez mais crítica.

Reconhecendo esta realidade, em janeiro de 2018, o Ministério do Ambiente e Ação Climática determinou um pacote de ações de curto prazo visando melhorar a qualidade e a disponibilidade de água num conjunto de 9 albufeiras, nomeadamente: Pretarouca, Peneireiro, Açude Carvalhal, Póvoa e Meadas, Divor, Monte da Rocha, Pego Altar e Roxo.

Este pacote previa um investimento de 3,56 milhões de euros ao abrigo do Fundo Ambiental para aplicar em ações de limpeza, de retirada de materiais do fundo das albufeiras, mas também em alteamento de paredões, contribuindo para uma maior retenção de água. O cronograma previa a conclusão das medidas num prazo de 9 meses, estimando-se a sua conclusão para dezembro de 2018.

Em declarações públicas, o Ministro do Ambiente referia que “... *este projeto iria permitir reduzir bastante o volume morto – água inutilizável - aumentando necessariamente o volume de água passível de ser captada, tratada e distribuída*”.

Contudo, em fevereiro de 2019, o Jornal de Notícias escrevia que as “*Obras para aumentar capacidade das barragens estão por fazer*” e que o “*Programa não saiu do papel*”. Entretanto passaram três anos, a situação de seca agravou-se e ficaram por avaliar os resultados das medidas anunciadas.

Sobre esta matéria, em junho de 2022, o PSD apresentou o Projeto de Resolução 87/XV/1 - *Reforçar a capacidade de armazenamento das albufeiras*, que foi discutido em Comissão de Ambiente e Energia e votado a 24 de junho de 2022, sendo rejeitado com os votos contra do Partido Socialista com a fundamentação de que “*algumas das intervenções foram executadas*”. Foi referido que decorreram obras em 6 albufeiras (Pretarouca, Peneireiro, Açude Carvalhal, Póvoa e Meadas, Pego do Altar) ficando por concretizar 3 grupos de intervenções (Roxo, Monte da Rocha e Divor).

De acordo com uma média simples, fica evidente que a execução deste programa não terá ultrapassado os 66%, na melhor das hipóteses. Em várias albufeiras, as intervenções não terão sido concretizadas na integra de acordo com o previsto, existindo casos como o de Póvoa e Meadas onde há um conjunto de estruturas hidráulicas que continuam por reparar, incluindo o paredão da barragem.

Atuar nas albufeiras nacionais com uma lógica de conjunto pode ser importante para aumentar a capacidade de armazenamento de água, potenciando as infraestruturas que existem, sobretudo quando há uma tendência estrutural de redução da pluviosidade e da disponibilidade hídrica.

Assim, vem o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, nos termos da Constituição e do Regimento da Assembleia da República, recomendar ao Governo que:

Apresente um plano de investimento para reforçar a capacidade de armazenamento nas albufeiras que apresentem maiores restrições, financiando ações de limpeza de fundos e margens, de remoção de sedimentos e de adoção de soluções de alteamento contribuindo para aumentar as reservas públicas de água.

Assembleia da República, 5 de setembro de 2022

As/Os Deputadas/os,

Hugo Oliveira

Bruno Coimbra

Hugo Martins de Carvalho

Alexandre Simões

Carlos Cação

Jorge Mendes

Rui Cristina

João Marques

Alexandre Poço

António Prôa

António Topa Gomes

Cláudia André

Cláudia Bento

Hugo Maravilha

João Moura

Paulo Ramalho

